



TEXTO DIGITAL

Revista de Literatura, Linguística, Educação e Artes

Saber total ou retorno ao obscurantismo? O papel do segredo nas comunicações digitais

Comprehensive knowledge or a return to obscurantism? The role of privacy in digital communication

Ana Taís Martins^a

^a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Rio Grande do Sul, Brasil - anataismartins@icloud.com

Palavras-chave:

Comunicação digital.
Mito. Transparência.
Segredo. Imaginário.

Keywords:

Digital
communication.
Myth. Transparency.
Privacy. Imagination.

Resumo: Esse trabalho propõe-se refletir sobre as consequências que a vontade de informação plena acarreta aos imaginários através da digitalização das comunicações sociais. A potencialidade interativa das redes sociais traria uma virtual fragmentação do poder, subvertendo-se ordens secularmente estabelecidas. O ideal democrático da transparência teria um aliado na facilidade técnica do acesso a bancos de modo a se concretizar o direito à informação pública. Num mundo em que as sombras parecem ter sido eliminadas, nossa atenção crítica é solicitada a examinar as questões do imaginário, do mistério e do segredo face à circulação das informações nas comunicações digitais durante as eleições presidenciais brasileiras em 2018. Para tanto, parte-se da heurística afiliada à Teoria Geral do Imaginário (DURAND) e utiliza-se a metodologia filosófica (FOLSCHEID & WUNENBURGER), buscando os paradoxos da problemática, trabalhando com a oposição entre as doutrinas e explorando os sentidos diferentes no interior de uma mesma noção. Conclui-se que as práticas comunicacionais no contexto das eleições brasileiras em 2018 apresentam traços de sobrevivência do mito às custas de um processo degenerativo em que se transpõem para o tempo histórico características como a ruptura com a duração, o totemismo e o milenarismo. A comunicação interpessoal contradiz a alegada iluminação da disponibilidade universal de informações na internet, constituindo zonas de sombra protetivas nas quais ideias que normalmente sofreriam imediata oposição crescem e se fortalecem antes de se institucionalizarem.

Abstract: This paper proposes a reflection on the consequences that a desire for comprehensive information brings to the imagination through the digitalization of social communication. The interactive potential of social networks would create a virtual fragmentation of power and subvert secularly established order. The democratic ideal of transparency would find an ally in the technical facility of access to data banks in a way to make the right to public information more concrete. In a world wherein shadows appear to have been eliminated, our critical attention is called upon to examine issues on imaginary, mystery and privacy in the face to the circulation of information in digital communications during the Brazilian presidential elections in 2018. To do so, we start from the heuristics affiliated to the General Theory of Imaginary (DURAND) and use the philosophical methodology (FOLSCHEID & WUNENBURGER), seeking the paradoxes of the problem, working with the opposition between the doctrines and exploring the different senses within



the same notion. It is concluded that the communication practices in the context of the Brazilian elections in 2018 present traces of myth survival at the expense of a degenerative process in which historical characteristics such as the rupture with duration, totemism and millennialism are transposed to historical time. Interpersonal communication contradicts the alleged illumination of the universal availability of information on the internet, constituting protective shadow zones in which ideas that would normally suffer immediate opposition grow and are strengthened before they are institutionalized.

Das sombras nasce o imaginário e a construção do mundo humano. Se o temor causado pela consciência da morte é o marco a partir do qual a imaginação se ergue, construindo, para superá-lo, imagens de vida, o lugar inicialmente habitado por essa consciência é um vale de sombras, algo que Durand (2016) chamou de universo da angústia, constituído pelos medos fundamentais do *anthropos*: medo do caos, medo das trevas, medo da queda¹. As sombras abrigam forças importantes não só das histórias pessoais, como mostra a psicologia do inconsciente, mas também das histórias coletivas, como indicam as teorias do imaginário. A luta contra as sombras resulta em imagens de iluminação, de segurança, de harmonização, imagens que tornam possível a materialização de construções sociais tais que a ciência, as artes, a tecnologia, a política, a história etc. No entanto, as sombras não são jamais eliminadas, continuando a desempenhar seu papel de força fundamental criadora e dinamizadora dos fatos socio-antropológicos. Mas o mesmo homem que combate as sombras nelas procura refúgio quando seu papel social é marginalizado, desvalorizado, rejeitado, reprimido. As sombras, como todo o imaginário, não distinguem entre o bem e o mal; simplesmente acolhem quem a elas recorre e fornece um abrigo para quem precisa de proteção enquanto recupera as forças.

Essa função protetiva das trevas é reconhecida por Simmel (2009) quando ele afirma que haveria uma certa permissividade em relação ao ocultamento para garantir as dinâmicas e o equilíbrio psicossociais. Ora, a comunicação em rede, aparentemente, coloca em causa essa premissa: a navegação na Internet é inocultável; os debates sobre a preservação do anonimato de dados pessoais ou públicos são dominados pelo argumento da necessidade da transparência e da liberdade de expressão, esta última inclusive se inclinando à obrigação de expressar-se e à punição social do ocultamento. Ao perdermos o direito ao

¹ A esses medos primordiais, segundo Durand (2016), o ser humano responderia com imagens simbólicas que, organizadas por homologia, constituiriam três grandes regimes do imaginário (diairético, dramático, místico) a partir de três ações também fundadoras (respectivamente separar, ligar, misturar).

segredo, se estreitariam os caminhos para a transformação de realidades, pois é nas sombras que se torna possível a inversão de papéis opressores, condição necessária para abalar o *status quo*. Assim, a iluminação absoluta pode ser tão opressiva quanto as trevas.

A dificuldade de se ocultar na era da informação total tem sua contraparte no próprio modo de funcionamento dos algoritmos das redes sociais que fomentam a criação das chamadas bolhas ideológicas com a oferta de conteúdos a partir da detecção das preferências de cada um. Ora, esse mecanismo faz com que as informações compartilhadas sejam redundantes e se reforcem mutuamente, fenômeno chamado por Sunstein (2001) de **câmara de eco**. Ao mesmo tempo em que o fechamento dentro de uma bolha contribui para agudizar as posições internas, soluciona o problema do desocultamento: está-se, ainda, exposto, mas entre iguais. Em que pese a drástica redução da diversidade de mundivisões nesses círculos protegidos e protetivos, essa pode passar despercebida às individualidades que, ali, encontram vozes uníssonas com a sua. Mais do que despertar a desconfiança, ver que suas ideias convergem com as dos demais vai reforçar essas próprias ideias e testemunhar sua verdade e sua suficiência.

Quando se sabe tudo, será que não saber que não se sabe é o único segredo? O anti-socratismo seria o último reduto do mistério na sociedade digitalizada? Não seria essa ignorância sobre o não saber um sintoma da ilusória fusão do homem com a tecnologia da informação, como se seu próprio cérebro encontrasse na rede mundial de computadores uma extensão infinita? A ausência de segredo seria, em última análise, decorrente dessa fusão sem intermediação?

Eleições 2018 no Brasil: não mais o rádio e a televisão, com seus espaços de propaganda eleitoral gratuita, são os principais impulsionadores das campanhas dos candidatos, e sim os próprios eleitores que, atuando voluntariamente, repassam pela internet informações recebidas. Facebook e o Instagram podem ser comparados com uma arena até certo ponto aberta. Ser seu usuário pressupõe a exposição pessoal que pode variar, de acordo com o livre arbítrio de cada um, de simples opiniões – e o modo mais velado de expressá-las é através dos *likes* em publicações de terceiros - até a descrição detalhada da própria vida íntima. As publicações em redes sociais são, até certo ponto, rastreáveis, mesmo que o usuário estabeleça critérios mais restritivos de privacidade. No Facebook, uma conta pode

ser desativada pela empresa² caso o usuário não respeite os parâmetros de utilização da rede.

Diferente das redes sociais, o WhatsApp é um dispositivo de comunicação interpessoal. Muito embora admita a criação de grupos, esses são, por definição, fechados. Além disso, as mensagens trocadas por intermédio dele são criptografadas, ou seja, nem mesmo a empresa proprietária tem acesso ao conteúdo que circula no aplicativo. Foi nesse espaço de sombras, e não numa rede social, que cresceram e se fortaleceram as candidaturas dos presidenciáveis em 2018, difundindo-se ali notícias falsas sobre eles mesmos e seus adversários. Além disso, misoginia, xenofobia, homofobia, ideias que em qualquer regime democrático não são sequer cogitadas ali encontraram espaço livre de censura para se multiplicar.

No Facebook, algumas notícias falsas, depois de denunciadas e investigadas, receberam determinação judicial de serem tiradas do ar. No entanto, no WhatsApp é praticamente impossível impedir que alguma mensagem circule. No Brasil, foi autorizado pelo CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica)³ que as operadoras de telefonia ofereçam conexão à internet gratuitamente para utilizar o WhatsApp. O país conta com 120 milhões de usuários do WhatsApp; para muitos deles, que não podem pagar planos de dados para realmente navegar na internet, esse aplicativo é o único acesso à comunicação digital. Como consequência, o acesso à informação ampla, à diversidade de pontos de vista e de fontes se reduz ou mesmo é anulado.

Quando se fala da informação total da cultura digital, estamos longe de um território livre de vieses. Os filtros presentes nos meios de comunicação tradicionais como rádio, televisão, jornal e revistas impressos são relativamente estáveis, poucos e rastreáveis, de modo a ser possível aos pesquisadores analisar criticamente as notícias publicadas e determinar os motivos que o veículo tinha para valorizar certos fatos, omitir outros, mentir sobre outros ainda... Hoje, os filtros são aqueles que cada um decide interpor entre os impropriamente denominados fatos e as interpretações. Podem-se listar vários aspectos que contribuem para o descontrole desse fenômeno: as nossas sociedades aprenderam a

² <https://www.facebook.com/help/185747581553788/>

³ Em setembro de 2017, o CADE fez publicar no Diário Oficial da União o arquivamento da denúncia do Ministério Público Federal contra operadoras de telefonia móvel que praticam *zero rating*, a venda de planos de telefonia incluindo acesso ao WhatsApp sem descontar da franquia da internet.

acreditar que é verdade tudo o que se lê e tudo o que se vê, os humanos têm atração pelo extraordinário e por aí vai.

As tecnologias digitais de comunicação e informação têm em cada usuário também um potencial produtor de conteúdo. Antes de perguntar se essa prerrogativa é suficiente para caracterizar a democratização da informação, perguntaríamos se esse usuário realmente produz conteúdo e se a internet é realmente usada para se buscar informação. Pesquisa realizada em 2016 pelo IBGE mostra que 94,5% dos brasileiros usam a internet com o objetivo principal de trocar mensagens pessoais por meio de aplicativos⁴. Mesmo que essa mensagem pessoal inclua um *link* para a notícia completa em algum site de informação, o usuário que se beneficia dos planos de telefonia móvel que incluem internet grátis apenas para as redes sociais muito provavelmente não clicará no *link* para ler a notícia completa, seja por não possuir um plano de dados de navegação seja por preferir limitar sua navegação para não gastar o plano de dados, contentando-se apenas com o título da notícia exibido no aplicativo de troca de mensagens.

A cadeia que se cria quando uma informação se propaga através de seu compartilhamento entre usuários é caracterizada pela repetição. Ora, a repetição instaura a previsibilidade e essa, como aponta Coelho (1973), enseja a adesão e não exatamente a participação. Na adesão, não há um trabalho real do pensamento crítico e/ou da criatividade. Rejeita-se ou aceita-se em bloco, comportamento mais característico do consumo do que da produção. Assim, pode-se dizer que é exagero afirmar que o usuário que distribui *likes* e passa adiante conteúdos recebidos seja ele também um produtor de conteúdo.

Aqui, retornamos à questão do papel das zonas de sombra. A internet não acabou com essas zonas de sombra, mas tornou-as tão mais escuras quanto mais trouxe à luz informações antes dificilmente acessáveis. Simmel (2009), ao sublinhar a importância social do segredo, tinha em mente que não pode haver julgamento e repressão imediata a novas ideias para que elas floresçam. Elas precisam de um canto escuro, longe das vistas das correntes dominantes, para se fortalecerem. De modo apressado, poderíamos perguntar se seriam então os grupos fechados do WhatsApp uma forma protetiva para que o novo cresça e se torne possante antes de sair à luz? Talvez possa-se dizer que a boa saúde dos sonhos para uma nova sociedade depende também da exposição do sonhador

⁴ <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43715049> Consultado em 23 fev 2019

ao contraditório, de um jogo de oposições múltiplas no qual o novo sonho é um dos elementos. A considerar-se a dinâmica sugerida por Durand (1996) a propósito da circulação dos mitos, é nos papéis sociais marginalizados que se encarnam os mitos latentes, aqueles que estão tentando forçar passagem para alcançar o lugar de mito diretor de uma sociedade. Assim, detectar quais papéis sociais estão sendo marginalizados torna possível antecipar a ascensão desse ou daquele mito. Isso vai ao encontro do cenário em que, em todos os continentes, reacionarismos parecem recrudescer quando já tinham aparentemente perdido terreno para conquistas das minorias. O heterossexual branco e rico ou, no mínimo, remediado, se insurge contra a cassação de seu direito a piadinhas racistas, homofóbicas, xenófobas e/ou misóginas. Em uma certa maneira de ver, talvez não as minorias, mas uma certa ideia de respeito às minorias começava a se impor como um novo modelo. A institucionalização desses direitos, no entanto, ao mesmo tempo em que expulsou seus violadores, levou-os a procurarem um espaço em que poderiam se organizar sem serem prontamente ameaçados. Em grupos fechados, torna-se mais difícil a contradição das ideias dominantes, favorecendo-se ali o totalitarismo. O anonimato propicia o estabelecimento de verdades fundamentalistas que normalmente sofreriam forte crítica e oposição imediata de uma sociedade cada vez mais atenta aos direitos das minorias. Na segurança da zona de sombras, no entanto, essas ideias encontram o tempo e o espaço suficientes para crescer e se fortalecer, saindo, depois, com toda sua virulência às ruas.

Wunenburger (1990), na sua filosofia sobre a razão contraditória, mostra o beco-sem-saída da lógica binária, em que um dos lados é simplesmente o avesso do outro, constituindo, no final das contas, nada mais do que um monismo. No entanto, foi com essa lógica plebiscitária que o Brasil chegou às eleições presidenciais em 2018: contra o candidato que liderava as pesquisas de intenção de voto, Jair Bolsonaro, argumentava-se que não se tratava mais de escolher entre vários planos de governo, e sim entre duas modalidades de regime, fascista ou democrático. É incompreensível que fascismo e democracia sejam dois lados da mesma moeda, mas no momento em que a única resposta possível a algo é sim ou não toda a pluralidade foi eliminada. A zona de sombra, nesse contexto, não abrigava um terceiro que pudesse atuar como um elemento conector entre as situações opostas, e sim as potencialidades alimentadas pela negação da história recente do Brasil que, nos seus 518 anos desde a chegada dos colonizadores portugueses,

viveu apenas 93 anos de democracia.⁵ Se o desconhecimento da história nos condena a repeti-la, não é menos verdade que esse desconhecimento é também uma escolha coletiva mais do que individual. O já bem conhecido imaginário brasileiro da festa poderia ser visto como uma leviandade de quem prefere não alimentar preocupações; no entanto, antes de concluir pela alienação brasileira diante da realidade cruel, lembremos que a fusão coletiva trazida pela festa é nada mais do que o avesso da esquizofrenia que distingue o falso do verdadeiro. Do ponto de vista estrutural, assim, falso e verdadeiro têm o mesmo valor quando se trata de responder à fusão. Pouco importa se são falsas as notícias com que as candidaturas se fortalecem; o que lhes traz adesão das massas é a sintonia de seu diaretismo radical com o desejo coletivo de fusão, uma resposta da história a uma questão só respondível pelo mito, *para onde vamos?* Em outras palavras, as radicalidades se vestem com as cores do milenarismo pelo qual, no fundo, aspira o outro extremo do imaginário, aquele que deseja negar a negação, aquele que deseja se desincumbir das difíceis escolhas e que, pois, transfere para o salvador todas as decisões.

Esse é um comportamento que pode ser visto como mítico, um indício da sobrevivência dos mitos através dos tempos, das civilizações, não interessa o quanto o pensamento racional tenha sido progressivamente valorizado. No entanto, essa sobrevivência não se faz sem consequências; para assegurá-la, o mito pleno, potencialmente libertador, passa por um processo de degeneração (DURAND, 1996). O mito acusado por Barthes (1999) de naturalizar a história não é o mesmo do início dos tempos. Quando imagens simbólicas do mito pleno são alijadas de sua dimensão imaginal, sendo reduzidas à sua dimensão histórica e tendo a complexidade de seu sentido abreviada para apenas uma ideia motriz, diz-se que o mito se degenera por heresia, ou seja, pela eliminação de seus aspectos contestatórios e selvagens, inassimiláveis pelo *status quo*, conservando apenas **um** deles que se torna, assim, absoluto.

Além da resposta milenarista à questão **para onde vamos?**, também a rejeição à história – ou seja, negação do tempo – e a constituição de totem sinalizam fortemente os aspectos míticos que estiveram em jogo nas eleições 2018 brasileiras.

⁵ O primeiro período ditatorial no Brasil ocorreu sob o governo de Getúlio Vargas, de 1930 a 1945; o segundo, sob a ditadura militar, de 1964 a 1985. A República Brasileira foi proclamada em 1889. Antes dela, o Brasil viveu sob regime colonial por 322 anos e sob monarquia durante 67 anos. Desde a chegada dos colonizadores europeus até os dias atuais decorreram 520 anos. Desses, apenas 18% foi sob um regime democrático republicano, o que mostra quão imatura é a experiência democrática brasileira.

Ansiedade e caos

As tecnologias de comunicação interpessoal acarretam uma espécie de ruptura com a duração que só tem precedentes no mito. A conexão pela internet não tem começo ou fim, antes ou depois, e disso é testemunho o estranhamento produzido pelas mensagens de bom dia e boa noite que alguns usuários ainda se sentem instados a publicar – afinal, não há modos de saber se o outro lerá essa mensagem exatamente na hora em que é ou não pertinente dizer bom dia. Mais do que uma inadequação social, dizer bom dia e boa noite ignora o alheamento ao tempo característico da comunicação pelas redes que, ao desconhecer a duração, não deixa de ser também recusa da história, história assim duplamente negada: abdicar à tomada de decisões também é, mais uma vez, renunciar a fazer a história. No entanto, longe de abolir a história, dá-se espaço de sobra para a construção de uma outra história, essa sim trazida à luz pelos discursos das forças que, numa eleição, por exemplo, desejam alcançar o poder e usurpam características do mito. Alimenta-se a ansiedade coletiva, afirmando-se a existência anterior de um mundo melhor do que esse que temos, que foi degradado pelos opositores e que pode ser resgatado caso o eleitor faça a escolha certa.

A crença na perfeição do início dos tempos é própria do pensamento mítico; no mito, ela fundamenta os rituais de renovação sazonais, ela rege os ciclos da natureza e dá oportunidade de se reencontrar a força. O mito transformado em promessa histórica é deformado ao transpor para o tempo cronológico, construído politicamente, algo que só pode existir no não-tempo ou, no máximo, no tempo circular. No tempo histórico, o aspecto sagrado do mito se torna totalitário porque não pode ser discutido. Se na vastidão de um não-tempo ou na repetição de um tempo circular as instâncias absolutas são necessárias para que essa eternidade se constitua, o contrário ocorre no tempo histórico, em que as diferenças viabilizam o dinamismo das forças, a troca de papéis sociais, a liberdade. “Mito”, a saudação que os apoiadores de Jair Bolsonaro lhe fazem, revela, mais do que uma qualidade do saudado, uma espécie de nostalgia da ruptura da duração, a suspensão da finitude característica do comportamento mítico. Reencontrar o mito é solucionar a angústia do tempo que se escoia inexoravelmente, da pressão pela tomada de decisões entre diversas opções: a mitologia foi um dia um guia para todos os possíveis dilemas sociais. Talvez um dos elementos que mais aproximem essa saudação do caráter mítico seja a imputação de uma qualidade totêmica ao saudado. O ser histórico Jair

Bolsonaro é deslocado de seu papel de representação política para o de depositário de forças sociais tão anônimas quanto impessoais. Sua imagem tornada emblema de um desejo coletivo é fator de opacidade para as contextualizações e relativizações necessárias ao pensamento histórico. Sacralizado o ser profano, inviabiliza-se a dimensão libertadora tanto do mito e quanto da história.

Durante o tempo que separou o primeiro do segundo turno das eleições brasileiras, foram fartamente divulgadas as promessas que o então candidato Jair Bolsonaro fez de armar a população e restituir a ordem e os valores tradicionais da família para a sociedade. Seus opositores insistiram no argumento de que os meios projetados para alcançar esses fins contrariavam os valores cristãos pelos quais o candidato e hoje presidente afirma lutar, já que facilitar o acesso e o porte de armas, por exemplo, potencialmente constitui ameaça à vida. Ora, a imagem ativada na proposta de defender a vida através da morte é um oximoro pois a equação que junta esses dois termos resulta num reforço de ambos. Oximoros são recorrentes no mito, contradições que, em vez de anularem uma o sentido da outra, reforçam-no mutuamente. Mais uma vez, o transporte puro e simples dos atributos do mito para a história se revela fator de opacidade para as ideias. Se a contradição potencialmente complexifica as ideias e permite pensar o impensado e mesmo o impensável, sendo essa uma das virtudes do oximoro, o contrário acontece quando esse trabalho da imaginação se desveste de suas outras imagens e se traveste de promessa política. O problema, então, não é rejeitar ou aderir ao pensamento mítico, e sim reconhecer sua integração ao mundo histórico. Essa integração não supõe o abandono da racionalidade, sendo essa mesma uma das vias privilegiadas do imaginário. Sonhos coletivos movem as sociedades desde sua constituição. Nos momentos de caos, no entanto, quando esses sonhos se distanciam consideravelmente da realidade imediata, cresce a ansiedade por diretrizes mais definidas, por padrões que assegurem a previsibilidade dos acontecimentos.

Tal é o caso da nostalgia da ditadura, mais um dos elementos que veio à tona da consciência social com força já desde 2013. Pode parecer absurdo que os anos de ditadura militar no Brasil, com centenas de pessoas desaparecidas e assassinadas pelo regime⁶,

⁶ *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*. Org.: Maria do Amparo Almeida Araújo et al. Recife: Cia. Editora Pernambuco, 1995. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/dados/dossiers/dh/br/dossie64/br/dossmdp.pdf> Consultado em 21/outubro/2018.

sejam objeto de lembrança saudosa. No Brasil, a sensação de caos se agudizou em 2013, quando o aumento no preço das tarifas de transporte público desencadeou uma série de manifestações populares, consideradas as maiores desde o *impeachment* do presidente Fernando Collor em 1992. Essas manifestações chegaram ao ápice no mês de junho daquele ano, agregando outras causas, como a violência policial, a má gestão dos recursos públicos e principalmente a corrupção em geral. Em 2014, Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, com uma pequena margem de vantagem de votos, foi eleita para seu segundo mandato, dando seguimento a políticas públicas implementadas desde 2002 que direcionavam os recursos para a melhoria das condições de vida dos mais pobres. No mesmo ano, sob o governo do Partido dos Trabalhadores, portanto, teve início a Operação Lava Jato, que ainda está em andamento, investigando casos de corrupção⁷. Em 2015, foram fundados o Movimento Vem para a Rua e o Movimento Brasil Livre, ambos com uma pauta muito parecida, pegando o mote do combate à corrupção que já havia sido lançado pelos movimentos populares espontâneos um ano antes e apresentando como solução o *impeachment* de Dilma, que efetivamente ocorreu em 2016. A então presidente foi acusada não de corrupção e sim de crime de responsabilidade⁸. Já nessa época, Jair Bolsonaro era candidato presidencial. Ao votar pelo *impeachment*, ele disse fazer homenagem a Carlos Alberto Brilhante Ustra, coronel responsável pela tortura de Dilma Rousseff durante a ditadura militar. Longe de escandalizar, a imagem da negação da vida se uniu à da segurança que a previsibilidade traz, nem que essa seja a de uma ditadura. Liberdade também significa multiplicidade de opções, o que, no limite, é caótico. Restringir as opções, ou seja, sequestrar a liberdade, tem como efeito colateral a organização, ativando, assim, a imagem da estabilidade.

⁷ O nome Lava Jato faz referência a uma rede, na cidade de Brasília, de postos de combustíveis e lavagem de veículos usada para movimentação de dinheiro ilícito de uma das organizações investigadas inicialmente. “[...] a operação descobriu a existência de um vasto esquema de corrupção na Petrobras, envolvendo políticos de vários partidos e algumas das maiores empresas públicas e privadas do país, principalmente empreiteiras. Os desdobramentos não ficaram restritos à estatal e às construtoras”. Folha explica Operação Lava Jato. São Paulo, *Folha de S. Paulo*, s/d. Disponível em <http://arte.folha.uol.com.br/poder/operacao-lava-jato/#capitulo1> Consultado em 28 out. 2018.

⁸ Como prova do crime de responsabilidade, foram apresentadas as manobras para obtenção de créditos suplementares, ações que simulavam um saldo positivo nas contas do governo, também conhecidas como “pedaladas fiscais”. Em 31 de agosto de 2016, o processo se encerrou na Câmara de Senadores, retirando Dilma da presidência por 61 votos a favor e 20 contra. O mesmo Senado Federal fez publicar, em 02 de setembro de 2016, a lei 13.332/16 flexibilizando as regras de abertura de créditos suplementares sem necessidade de autorização do Congresso Nacional.

Informação não é tudo

As tecnologias colocaram a informação ao alcance de um espectro da população mais amplo do que nunca, mas ter acesso às tecnologias da informação não significa ter acesso à boa informação. Por quê? Coelho (1973, p. 63), lembrando o Umberto Eco de *A obra aberta*, afirma: "Imprevisibilidade, originalidade e complexidade estão na dependência de um repertório; de um determinado repertório de um determinado receptor". A qualidade da informação recebida está atrelada às informações que o receptor já detém e à sua capacidade de cruzá-las entre si. A qualidade da informação não é propriedade da informação, do mesmo jeito que a verdade não é propriedade de um fato. Assim, é de se perguntar qual a fonte do repertório individual? Além das referências individuais trazidas pela história de vida pessoal, repertórios são construídos coletivamente, constituindo os imaginários.

De modo simples, podemos dizer que a imagem, tomada enquanto fato psíquico não separável do fato sociológico, é o produto de nossa mundivisão. Os estudos do imaginário mostram que imagem é o resultado não da percepção e sim de uma construção do espírito na qual as lacunas perceptivas são preenchidas pela imaginação (BACHELARD, 2008). A realidade, não sendo absoluta, será sempre essa construção que funde percepção com imaginação, se definindo por isso muito mais em função do imaginário do que em função do que poderia ser reivindicado como a verdade dos fatos. Longe de ser fonte de erro e ilusão, o imaginário é fundador do que reconhecemos como realidade, seja ela a disseminação de *fake news*, o movimento ambientalista ou a legitimação do fascismo pelo voto popular. Na composição das forças que dão materialidade ao imaginário entram, como explica Durand (2016), tanto as imposições sociológicas (dos contextos sociais, políticos, econômicos etc...) quanto as disposições arquetípicas (descritas, por exemplo, pela psicologia das profundezas). Assim é que o panorama de abundância informativa trazido pelas comunicações digitais e a acessibilidade dessas tecnologias não determinam sozinhos a satisfação do ideal democrático da transparência porque opacidade e transparência não são propriedades das coisas e sim forças que se manifestam de acordo com a dinâmica do imaginário.

A ilustração usada aqui, qual seja, a adesão de 39% dos eleitores brasileiros⁹ a uma visão de mundo que alegadamente contraria os ideais democráticos, não se explica simplesmente pela manipulação das informações, pelas notícias falsas disseminadas massivamente através de métodos fraudulentos. A revelação da corrupção política em toda a sua dimensão nos anos anteriores às eleições de 2018 não teve o dom de esclarecer e conscientizar os usuários da internet que, imersos na cultura visual sintetizadora de nossa era, são refratários a longos textos explicativos e preferem os atalhos dos memes para construir suas opiniões. Pelo contrário, a pletora de informações despejadas dia após dia pelos telejornais e pelas redes sociais, impossível de ser desbravada sem que se seja um especialista nas matérias em causa, potencialmente só agrava a sensação de caos, de insegurança – pulsões arquetípicas da experiência humana, incontroláveis e exigentes de respostas rápidas, que permitem simplesmente a adesão. Triunfam as ideias simples e definitivas, sugestivas de ordem e controle. A pluralidade e a polissemia, longe de trazerem a liberdade, constituem, nesse panorama em que o caos é o vetor arquetipológico, um emaranhado atemorizante.

A cada vez que se recebe uma mensagem pessoal pela internet, reaviva-se a conexão com o mundo e o sentimento de atualidade. Em meio a rotinas de trabalho que consomem o tempo, as mensagens instantâneas são muito mais do que uma válvula de escape; elas confirmam o pertencimento ao grupo. Nessas circunstâncias, estar bem informado significa saber o que o grupo sabe e, de fato, não saber que não se sabe se torna o único segredo. Como último reduto do segredo na sociedade digitalizada, o anti-socratismo representa também a derrota do iluminismo. A fusão do homem com a tecnologia da informação não raro é vista como via de realização do ideal iluminista de saber total e universal, mas a extensão dos cérebros através da rede mundial de computadores não tem cumprido essa promessa.

“As coisas aparecem primeiro onde as procuramos e só lentamente as colocamos onde elas estão”, disse Bachelard (2008, p. 30). A vontade de informação plena é, assim, antes a vontade de ter confirmado o que já se sabe ou o que se deseja do que conhecer outras

⁹ Segundo o site do Tribunal Superior Eleitoral (<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Outubro/eleicoes-2018-justica-eleitoral-conclui-totalizacao-dos-votos-do-segundo-turno>), Jair Bolsonaro venceu as eleições com mais de 55% dos votos válidos, enquanto o opositor Fernando Haddad obteve pouco mais de 44%. Abstenções, votos brancos e nulos somaram 30%. Dos mais de 147 milhões de eleitores brasileiros, 57 milhões efetivamente votaram em Jair Bolsonaro, o que significa cerca de 39%. O total da população brasileira hoje é de mais de 209 milhões de pessoas, segundo dados do IBGE de 2018.

verdades. A digitalização das comunicações coloca à disposição, sim, outras verdades, e nesse processo estão incluídas as verdades pessoais. O segredo é fundamental para a transformação de realidades, pois é nas sombras que se torna possível a inversão de papéis não necessariamente opressores, mas certamente dominantes. Essa inversão é condição imprescindível para abalar o *status quo* – seja ele qual for. As bolhas ideológicas formadas nas redes sociais fornecem a proteção que antes o segredo fornecia. Então, a luz intensa da informação plena da internet acentua as sombras em vez de eliminá-las, tornando-as muros impenetráveis por ideias divergentes. Nessas sombras, gestam-se as ideias inconcebíveis, nutrem-se os sentimentos que não podem ser revelados numa sociedade dita civilizada, como o instinto de matar o inimigo. E quem é o inimigo? O estrangeiro, o homossexual, o que tem outra cor de pele, enfim, o que diverge. Homofobia, truculência, racismo, xenofobia, misoginia são despidoradamente expressas na confiança de ter ao lado alguém que pensa igual. A experiência das comunicações digitais nas eleições presidenciais de 2018 no Brasil é uma triste materialização da sentença de Lévi-Strauss (2001) sobre os trópicos como uma terra em que se passou da barbárie à decadência sem conhecer a civilização. As potencialidades das tecnologias da comunicação digital, no entanto, continuam à disposição de quem desejar continuar a lutar.

REFERÊNCIAS

- BACHELARD, G. *Estudos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- BARTHES, R. *Mitologias*. Rio de Janeiro: Bertrand Editores, 1999.
- COELHO, T. *Introdução à teoria da informação estética*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- DURAND, G. *Les structures anthropologiques de l'imaginaire*. Paris: Dunod, 2016.
- DURAND, G. *Introduction à la mythodologie: mythes et sociétés*. Paris, Albin Michel, 1996.
- ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FOLSCHEID, D.; WUNENBURGER, J.-J. *Metodologia filosófica*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

LÉVY-STRAUSS, C. *Tristes trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SIMMEL, G. A sociologia do segredo e das sociedades secretas. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, EDUFSC, v. 43, n. 1, p. 219-242, abril de 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/download/13961/12792>. Acesso em: 25 mai. 2018.

SUNSTEIN, C. *Echo Chambers*. Princeton: Princeton University Press, 2001.

WUNENBURGER, J.-J. *A razão contraditória - ciências e filosofias modernas: o pensamento complexo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

NOTAS DE AUTORIA

Ana Taís Martins (anataismartins@icloud.com) é Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutora em Ciências da Comunicação pela ECA/USP com pós-doutorado em Filosofia da Imagem pela Université de Lyon III.

Como citar este artigo de acordo com as normas da revista?

MARTINS, Ana Taís. Saber total ou retorno ao obscurantismo? O papel do segredo nas comunicações digitais. *Texto Digital*, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 61-74, 2020.

Contribuição de autoria

Não se aplica.

Financiamento

CAPES/PROAP.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica.

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica.

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em: 14/09/2020.

Aprovado em: 08/10/2020.